

RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 2024006040020010134

Data da entrada: 28/05/2024

Descrição da Solicitação ou do 1º Recurso: Consta em aberto em meu sistema nota fiscal em anexo. Gostaria de saber previsão para pagamento

Resposta:

Prezado solicitante,

Segue resposta da sua solicitação, com base no que prevê a Súmula nº 003/2020 do Comitê Gestor de Acesso à Informação - CGAI, transcrita abaixo. O documento foi publicado no Diário Oficial do Município e está disponível também no Portal na Transparência, através do endereço eletrônico http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/S%C3%BAmula%20n%C2%BA%2003_f890141db679cc1657e434d98477b745.pdf.

Súmula CGAI nº 03/2020

INFORMAÇÕES SOBRE PAGAMENTOS - É possível consultar as informações disponíveis sobre credores e pagamentos já realizados diretamente através da consulta de despesas do Portal da Transparência. Análises de casos concretos, situações específicas de cada credor e outros detalhamentos devem ser tratados com o departamento financeiro de cada órgão/ente. Ressalta-se, ainda, que solicitações, sugestões e reclamações são manifestações tratadas pela Ouvidoria Geral do Município. Assim, as respostas aos pedidos de acesso à informação com essas matérias terão a indicação dos canais de atendimento e serão tidos como encerrados.

Justificativa

Esta súmula tem o propósito de consolidar entendimento firmado no âmbito do CGAI, segundo o qual, informação sobre pagamento a fornecedor é passível de ser obtida sob o âmbito da transparência ativa. Assim, é suficiente a resposta ao pedido de acesso à informação que indique o Portal da Transparência do Município de Recife como local onde as informações sobre as despesas públicas municipais podem ser encontradas.

Vale destacar que a própria Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) determina no art. 8º as informações mínimas que devem ser divulgadas, independentemente de requerimento, dentre as quais encontram-se os registros das despesas. Do mesmo modo, situações em que o requerente limita-se à solicitação de providências ou à reclamação quanto ao fato de um pagamento não ter sido efetuado, bem como solicitação de informações sobre quando o pagamento ocorrerá, não são consideradas matérias tuteladas pela Lei de Acesso à Informação - LAI, visto tratar-se de objeto ainda não constituído. O solicitante deve ser, portanto, instruído sobre o escopo da legislação de acesso a informações e sobre os canais específicos para o atendimento das demandas.

Lembrando que solicitações, sugestões e reclamações não são consideradas pedidos de acesso à informação. Trata-se, em realidade, de manifestações de ouvidoria, direito amparado por norma diversa, cujo exercício no âmbito administrativo deve ser feito por meio de canal específico.

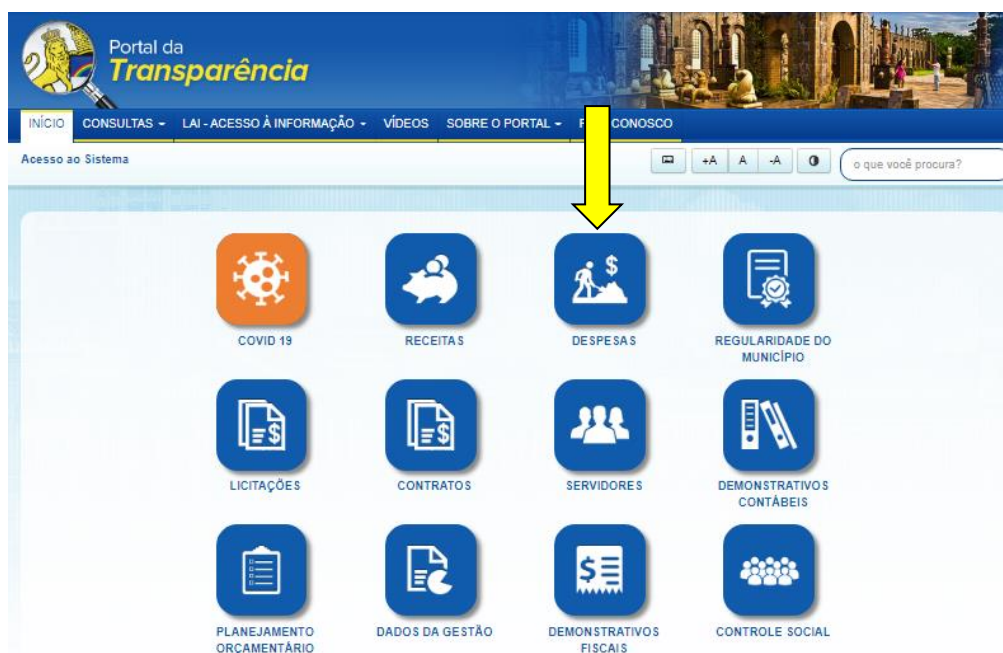
Importante destacar que o Portal da Transparência é o instrumento adequado para verificar e solicitar informações sobre o município.

Na página principal do site, existe um link para consultar as despesas. Ao acessar a pesquisa “Despesas Detalhada por Credor/ Empenho”, é possível visualizar os pagamentos e notas de empenho referentes a cada

contrato e/ou fornecedor. Lá constam, ainda, as datas e em que estágio a despesa se encontra, seja empenho, liquidação ou pagamento. No detalhamento da despesa, constam todas as informações da nota de empenho, sendo considerado um espelho da mesma.

Para consultar, basta seguir o passo a passo a seguir:

Acessar o Portal da Transparência <http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/geral/home.php> e escolher a opção “Despesas” no menu principal.



Página principal do Portal da Transparência <http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/geral/home.php>

Em seguida, clicar na opção Despesa Detalhada por Credor/Empenho.



<http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/despesas/despesa.php>

Selecionar os critérios de consulta e clicar em “enviar”.

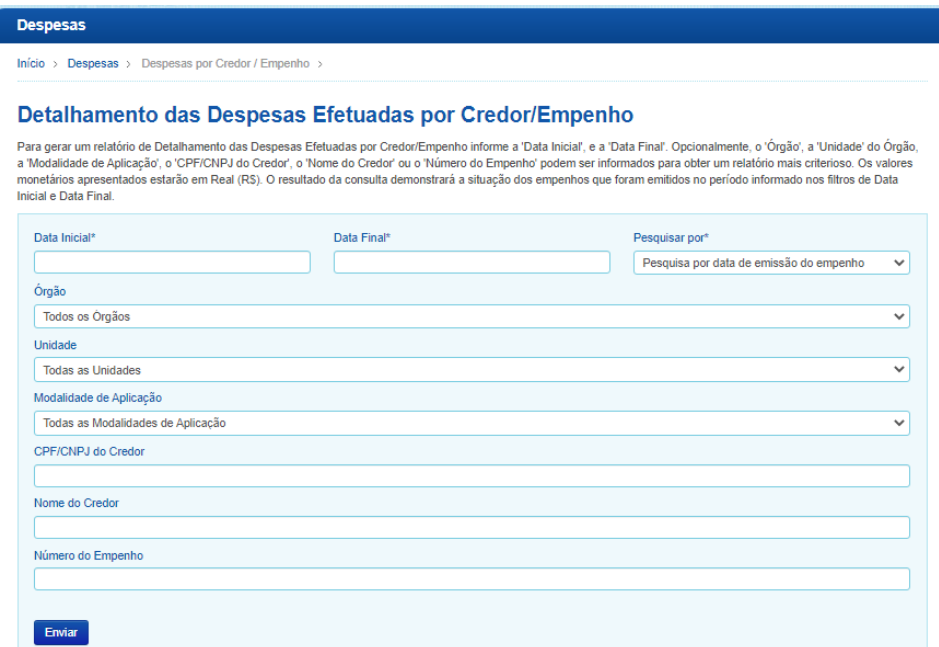


Imagem da consulta: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/despesas/despesaDetalhadaCredor.php>

Ainda, ressaltamos que os documentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) podem ser consultados também diretamente no Portal da Transparência, através do link <http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/estaticos/estaticos.php?nat=DF#filho>.

Destaca-se que questões sobre pagamentos, entrega de mercadorias, solicitação de processos administrativos dentre outros assuntos específicos, **devem ser tratados com o departamento financeiro ou setor competente de cada órgão.**

Além da Súmula nº 003/2020 do Comitê Gestor de Acesso à Informação - CGAI, a justificativa para essa ação também encontra embasamento no Guia de procedimentos para atendimento à Lei de Acesso à Informação do Governo Federal (disponível em <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/guia-de-procedimentos-para-atendimento-a-lei-de-acesso-a-informacao-e-utilizacao-do-e-sic#:~:text=Este%20Guia%20tem%20por%20objetivo,Lei%20n%C2%BA%2012.527%2F2011>) transcrito abaixo:

“Ao receber uma demanda embasada na LAI, o SIC deve verificar se o requerimento se trata de um pedido de informação. Considera-se solicitação de informação qualquer pedido de acesso a informações produzidas ou acumuladas pela administração (seja uma informação pública ou privada).

Caso o órgão ou entidade receba solicitações de providências administrativas, análise de casos concretos, consultas, reclamações, dúvidas e sugestões, dentre outros tipos de demandas que não se enquadram na LAI,



ele deve informar ao cidadão que a demanda não se trata de solicitação de informação e indicar o canal adequado para seu atendimento”.

Dessa forma, o canal adequado na Secretaria de Educação do Recife para dirimir qualquer dúvida sobre essas demandas é com Secretaria Executiva de Administração e Finanças, através do telefone 3355-9122 e email: seaf.ggaju@educ.rec.br

Atenciosamente,

Identificação do setor responsável pela informação